

“REVOGA NEM! QUE ENSINO MÉDIO QUEREMOS?”

Diante da implementação da Reforma do Ensino Médio, imposta pela lei nº 13.415/17, a UFRJ se posicionou pela sua revogação (Consuni, 03/2023), por entender que ela não foi discutida democraticamente com a sociedade brasileira, por acreditar que ela não atende aos anseios de docentes e discentes das escolas públicas e por constatar que ela amplia as desigualdades educacionais. Em sintonia com essa posição, o Complexo de Formação de Professores (CFP) da UFRJ propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com o intuito de discutir e elaborar estratégias de enfrentamento do desmonte causado por essa reforma. Uma das ações propostas por esse GT foi a organização do seminário *"Revoga NEM! Que Ensino Médio Queremos?"* realizado no dia 08 de agosto de 2023, com a participação de gestores/as, professores/as e estudantes da rede pública estadual e federal, representações sindicais e de movimentos sociais, além da comunidade acadêmica da UFRJ.

O Ensino Médio precisa estar comprometido com uma educação pública socialmente referenciada, democrática e formadora de cidadãos críticos, engajados nas questões coletivas que desafiam o tempo presente. Deve, ainda, considerar a formação para o mundo do trabalho, concebida como impulsionadora das potencialidades do desenvolvimento humano. As escolas de Ensino Médio são instituições fundamentais na garantia de direitos, da democracia e de relações sociais mais justas enquanto etapa de consolidação da educação básica. Assim, o conhecimento historicamente produzido pelas sociedades e a socialização, em sua dimensão pública, são dois pilares incontornáveis da escola de Ensino Médio.

O fortalecimento de um currículo que propõe práticas educativas inclusivas é um dos princípios básicos mais relevantes para nortear qualquer proposta de reforma do Ensino Médio que se pretenda plural e democrática. É essencial que todas as práticas pedagógicas sejam antirracistas, anticapacitistas, não sexistas,

plurilinguísticas, dialógicas, e que contribuam para a inserção das/dos estudantes no mundo social e no mundo do trabalho, de maneira crítica e plena. Por esta razão, o letramento científico, artístico e cultural deve ser assegurado pelo ensino disciplinar das ciências de referência, reconhecendo contudo a transdisciplinaridade como aspecto fundamental na atribuição de sentido e no aprofundamento de questões comuns. A socialização de valores públicos e coletivos, por sua vez, exige uma escola exclusivamente presencial em todas as etapas e modalidades a fim de cultivar relações interpessoais pautadas no respeito às diferenças e na construção de princípios republicanos e democráticos comuns.

Ressaltamos a importância de fortalecer um currículo comum fundamentado na pluralidade e diversidade cultural, étnico-racial e identitária do povo brasileiro e que, ao mesmo tempo, leve em conta as vivências culturais dos espaço(s)/território(s) das escolas. Esse currículo deve assegurar a obrigatoriedade das disciplinas das ciências de referência - matemática, língua portuguesa, literatura, línguas estrangeiras, sociologia, filosofia, artes, educação física, história, geografia, física, química e biologia -, além do cumprimento da Lei Nº 11.645, de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira. E, ainda, garantir o diálogo do conhecimento acadêmico com as questões sociais, culturais e econômicas que atravessam as juventudes brasileiras.

Afirmamos que é necessário garantir o Ensino Médio como direito público subjetivo a partir da ampliação do financiamento público, alicerçado no custo aluno-qualidade (CAQ), destinado à educação pública com gestão pública democrática. Trata-se de construir bases imprescindíveis para a manutenção e o desenvolvimento de um Ensino Médio de qualidade socialmente referenciada, o que exige garantir, em conjunto com a valorização dos/as docentes e demais profissionais da educação, condições dignas de infraestrutura escolar e de acesso e permanência de todas/os as/os estudantes. Destacamos que uma reforma educacional efetiva implica o compromisso com políticas orçamentárias que destinem recursos para a valorização da carreira docente e demais profissionais da educação, especialmente no que concerne à questão salarial assim como à consolidação das estruturas materiais de funcionamento das escolas públicas.

Neste sentido, a organização e o funcionamento do Ensino Médio em tempo integral exigem a ampliação de políticas de assistência e apoio estudantil, como alimentação, transporte, bolsas, auxílios, apoio psicológico e ações de orientação e coordenação pedagógica, em conjunto com processos democráticos de gestão escolar. Tendo em vista a realidade concreta vivenciada pelos estudantes, afirmamos, também, que é necessário atender às necessidades específicas de todas as modalidades de ensino, com destaque à ampliação do Ensino Médio Integrado, considerando, por exemplo, a experiência da Rede de Institutos Federais.

É imperativo garantir avaliações escolares processuais e formativas, que considerem a diversidade de conhecimentos bem como diferentes formatos e lógicas epistemológicas. Já as avaliações externas devem ser amostrais e diagnósticas, de modo que seja um indicativo para a articulação de políticas públicas, sem a responsabilização individual de alunos/as, professores/as, gestores e escolas. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), portanto, deve se basear na lógica curricular proposta para o ensino médio e não o contrário. A médio/longo prazo, faz-se necessário construir outros formatos de avaliação externa que garantam a efetiva democratização do acesso ao Ensino Superior.

É imprescindível a participação democrática dos/as profissionais da educação na construção de políticas públicas para o Ensino Médio, pautadas no conhecimento científico do campo educacional. Tais políticas devem valorizar a dimensão profissional da docência, reconhecendo o papel insubstituível e exclusivo das licenciaturas na formação de professores para o ensino, a coordenação e orientação pedagógica e a gestão escolar, em contraposição à lógica do “notório saber”. Propomos o fortalecimento da formação docente inicial e continuada, em diálogo com as instituições públicas de ensino superior, assegurando, assim, a autonomia pedagógica, científica e ético-política do trabalho em educação. Destacamos ainda a necessidade de se garantir condições de trabalho para a realização de atividades de planejamento, pesquisa, extensão, formação continuada e elaboração de propostas coletivas envolvendo toda a comunidade escolar.

Registramos, neste documento, uma síntese das reflexões que surgiram no debate promovido pelo ‘Seminário Revoga NEM’, com vistas à construção coletiva

de outro ensino médio, sintonizado com as demandas de docentes, discentes e demais trabalhadoras e trabalhadores da educação em luta pela consolidação de uma sociedade justa, livre e democrática. Vislumbramos contribuir com uma proposta alternativa ao NEM; uma proposta de fato inclusiva, democrática e popular, que esteja aberta ao diálogo com as juventudes brasileiras e atenta aos seus anseios. Agora é fundamental trabalharmos para a difusão deste documento, engajando-nos no contexto mais amplo de luta pela revogação do NEM.

Nossa tarefa a partir deste momento é, por meio deste texto, elaborado a tantas mãos, sensibilizar e engajar mais pessoas e instituições com vistas a ampliar as reflexões/ações nos mais variados espaços sociais, políticos e educacionais. Esperamos que o presente documento seja instrumento de luta em defesa da escola pública, gratuita, democrática, republicana e de qualidade, princípios inegociáveis para uma educação libertadora.